



Paulo Paim (C) participa de audiência pública que discutiu reserva de vagas

Genaldino Magalhães

Paim prega consenso entre projetos sobre cotas em universidades

O senador Paulo Paim defendeu ontem a formação de um consenso em torno das diversas proposições que buscam diminuir a desigualdade nas oportunidades para negros, índios e estudantes de escolas públicas ingressarem

nas universidades brasileiras. Ele manifestou sua posição em audiência promovida pelas comissões de Educação, Assuntos Sociais e Direitos Humanos para discutir os projetos de lei sobre cotas raciais e sociais. **Página 3**

Corregedor defende acareação entre Vedoim e Maria da Penha

Romeu Tuma aponta divergências entre informações prestadas pelo empresário e pela ex-assessora do Ministério da Saúde, identificados como integrantes da quadrilha que negociava ambulâncias a preços

superfaturados. Em depoimento à CPI dos Sanguessugas, Vedoim confirmou o envolvimento de parlamentares no esquema de fraudes com recursos oriundos de emendas ao Orçamento. **Páginas 4 e 5**



J. Freitas



J. Freitas

De acordo com Tuma, a Corregedoria decidiu interrogar primeiro os assessores dos senadores acusados e só depois chamar os parlamentares. Ouvido ontem pela CPI, Vedoim confirmou denúncia contra Suassuna, Serys e Malta

Comissão repudia plano de força-tarefa americana na Tríplice Fronteira

Página 3

Senadores debatem proposta de constituinte

A proposta do presidente Lula sobre a criação de uma assembleia nacional constituinte com a missão de fazer a reforma política provocou longo debate em Plenário. Os senadores

Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, Pedro Simon, Flexa Ribeiro e Heráclito Fortes criticaram a iniciativa. A líder do PT, senadora Ideli Salvatti, afirmou que o assunto foi mal

divulgado e que se trata apenas de “um debate que está se abrindo”. Ela disse que a idéia da constituinte surgiu em meio a conversa de Lula com juristas da OAB. **Página 8**

Senador aponta prejuízo às atividades do Congresso Nacional decorrente da edição de medidas provisórias, que no governo Lula chega a quase cinco por mês

Maciel pede votação urgente da proposta que modifica MPs

O senador Marco Maciel (PFL-PE), preocupado com as distorções geradas pelo instituto das medidas provisórias (MPs), fez um apelo ontem para que os deputados votem com urgência a proposta que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias na Câmara e no Senado. De acordo com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 72/05, as MPs só passariam a integrar a pauta de votações das duas Casas depois de terem seus pressupostos de urgência e relevância aprovados por uma delas.

– Apelo para apressar a votação da emenda constitucional, para dar ao Parlamento brasileiro aquilo que lhe pertence – justificou Maciel, referindo-se ao fato de o Poder Executivo ter passado a “usurpar”, por meio da edição de



Marco Maciel observa que Executivo está usurpando a atividade de legislar

medidas provisórias, o poder de legislar. Segundo Maciel, desde a Constituição de 1988, quando as MPs foram instituídas, o excesso delas estaria prejudicando o andamento normal do processo legislativo.

Maciel exemplificou o prejuízo

às atividades do Congresso Nacional, informando que, em 2005, do total de 225 sessões realizadas, 125 foram deliberativas e nada menos que 66 foram sobrestadas por medidas provisórias, impedindo a votação de projetos importantes para o país.

– Na Câmara dos Deputados, segundo matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a situação não é diferente. Neste ano, de 71 sessões deliberativas realizadas entre fevereiro e julho, 60 foram obstruídas, o equivalente a 84,51% do total – destacou o parlamentar.

O senador por Pernambuco recordou ainda que, durante seu mandato, o presidente Lula editou 211 MPs em 43 meses, quase cinco por mês.



Geovani Borges destaca unidade na atuação das bancadas da região Norte

anos, como vereador em Macapá e em dois mandatos na Câmara dos Deputados.

A posse de Geovani foi saudada por Marco Maciel (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Geovani Borges diz que defender o Amapá será sua prioridade

Geovani Borges (PMDB-AP) disse que assumir a cadeira de senador é “a culminação de uma carreira política já longa, e uma oportunidade pessoal de estabelecer novas frentes de luta em favor da minha terra e do meu povo”. Ele reverenciou a família pela educação e pelos exemplos que recebeu. Geovani, que fez ontem seu primeiro discurso, assumiu o cargo de senador em virtude da licença pedida por seu irmão, Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador afirmou que terá

como prioridade em sua atuação parlamentar a defesa do Amapá e, para obter sucesso nessa empreitada, conta com a unidade na atuação das bancadas da região Norte e com a sensibilidade do PMDB para o desenvolvimento regional.

– Irei valer, no desempenho de minhas novas responsabilidades, do conhecimento que tenho da dura realidade dos municípios, obtido à testa da administração do município de Santana, e de uma experiência parlamentar de 30

Tião Viana homenageia Instituto de Traumatologia do RJ

Tião Viana (PT-AC) homenageou ontem o Instituto de Traumatologia do Rio de Janeiro, instituição federal responsável por 80% dos atendimentos dessa especialidade naquele estado e 5% no Brasil.

O parlamentar petista anunciou que o governo está ampliando a dimensão do projeto, com o aumento da área de atendimento em traumatologia de 14 mil metros quadrados para 70 mil metros quadrados. Dessa maneira, será possível diminuir a fila de espera, hoje em 10 mil pessoas para cirurgias de alta complexidade, de 36 meses para 12 meses, semelhante aos padrões de países como Finlândia e Noruega.

A expansão prevê ainda o aumento de 44 para 256 no número de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), 18 novas salas de cirurgia, 18 hospitais-dia, e 64 consultórios com capacidade para realização de 19.700 cirurgias e 355 mil consultas e procedimentos por ano.

De acordo com Tião Viana, o instituto, dirigido pelo médico Sérgio Cortes, teria contribuído com as regiões Norte e Nordeste, no que ficou conhecido como projeto suporte com a utilização de satélite, realizando cirurgias. Posteriormente, o grupo, com materiais próprios, treinou as equipes locais transmitindo-lhes a experiência na área.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem reunião às 9h

A sessão plenária do Senado está marcada para as 9h. Ela é não-deliberativa, ou seja, não há discussão ou votação de projetos. O encontro destina-se aos pronunciamentos e debates entre os senadores, aos comunicados de lideranças partidárias ou da Mesa diretora e à apresentação de novos projetos. Os trabalhos do Plenário são transmitidos ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado, além da cobertura em tempo real da Agência Senado.

João Donato na TV Senado

Neste fim de semana, a TV Senado exibe *show* do pianista João Donato. O compositor, considerado um gênio pelo maestro Tom Jobim, foi um dos precursores da bossa nova e um renovador da MPB. Ele apresenta músicas novas, e versões inéditas de seus velhos clássicos. O programa vai ao ar no sábado, às 24h; e no domingo, às 14h30.

Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. O contato pode ser feito também pelo e-mail alosenado@senado.gov.br.

Tráfego de pessoas

O *Conexão Senado*, programa de debates da Rádio Senado, discute nesta segunda-feira, às 12h, o tráfego de pessoas. O Executivo pretende enviar ao Congresso um projeto específico sobre o tema antes do fim do ano.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões do Senado Federal foram presididas pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, João Batista Motta e Sibá Machado

Comissão manifesta repúdio a criação de força-tarefa americana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade autorização para que seu presidente, Roberto Saturnino (PT-RJ), envie carta ao Senado dos Estados Unidos solicitando a rejeição de moção apresentada por uma parlamentar norte-americana. A moção encoraja o presidente George W. Bush a buscar o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) para criar uma força-tarefa destinada a combater supostos focos de terrorismo na chamada Tríplice Fronteira, localizada entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Apesar de reconhecer resistências no Senado norte-americano à aprovação da proposta, já acolhida pela Câmara dos Depu-

tados daquele país, Saturnino considerou “grave” a iniciativa da parlamentar.

Na carta a ser redigida, o presidente da CRE pretende apontar a inconveniência política de criação de uma força-tarefa para combater supostos focos terroristas na Tríplice Fronteira, além de lembrar ao Senado norte-americano os laços tradicionais de amizade e respeito mútuo que sempre uniram Brasil e Estados Unidos.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Serys Slhessarenko (PT-MT) também consideraram o assunto “delicado” e defenderam a ida de Saturnino a Washington para tentar sensibilizar o Senado norte-americano a rejeitar a moção.



CRE decide mostrar inconveniência de os EUA buscarem focos de terrorismo no Brasil

Acatadas indicações de embaixadores para Cingapura, Noruega e Islândia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o nome do diplomata Paulo Alberto da Silveira Soares para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura, ilha localizada no sudeste da Ásia com 699 km² (menor do que o Distrito Federal), mas com altas taxas de crescimento econômico, graças ao pólo industrial de alta tecnologia e forte centro financeiro.

Na mesma reunião, a CRE aprovou o nome do também diplomata Sérgio Eduardo Moreira Lima para exercer, cumulativamente, as chefias das embaixadas do Brasil na Noruega e na Islândia, países situados no norte da Europa. Ambas as indicações presidenciais seguem agora para análise do Plenário.

Paulo Alberto Soares informou que o comércio bilateral entre Brasil e Cingapura vem crescendo de forma acentuada,

sendo que a previsão é que, até o final do ano, atinja US\$ 2,5 bilhões. E informou que está em andamento a assinatura de um protocolo de cooperação econômica envolvendo o Mercosul e aquela ilha-Estado.

Sérgio Moreira Lima, por sua vez, observou que a renda *per capita* da Noruega é uma das mais altas do mundo – US\$ 64 mil –, sendo que o país possui excedentes de capital para investimentos, o que, observou, é atraente para o Brasil.

Por sugestão do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a CRE ouviu Sérgio Moreira Lima, em sessão reservada, sobre a crise entre Israel e Líbano. Sérgio exerceu funções diplomáticas em Israel. O diplomata manifestou sua certeza de que está em curso o que chamou de gradual evolução para a obtenção da paz no Oriente Médio.

Senadores discutem com ministros da Educação e da Igualdade Racial e representantes de entidades da sociedade projetos sobre reserva de vagas por critérios raciais e sociais

Paim busca consenso sobre cotas em universidade pública

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a formação de um consenso em torno das diversas proposições que buscam diminuir a desigualdade de oportunidades que atingem negros e índios. Ele manifestou sua posição na audiência pública realizada para discutir os projetos que estabelecem cotas nas universidades públicas, promovida no Senado pelas comissões de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Espero que haja um amplo entendimento para que a questão das cotas seja resolvida, mas é preciso lembrar que o Estatuto da Igualdade Racial não se restringe apenas a esse tópico – argumentou Paim.

O estatuto, projeto de Paim aprovado pelo Senado e enviado à Câmara no final do ano passado, prevê, entre outros assuntos, que sejam reservados 30% das vagas de universidades públicas e dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para afrodescendentes.

A audiência contou com as



Entre Haddad e Matilde, o presidente da CE, Wellington Salgado, comanda a audiência

participações do ministro da Educação, Fernando Haddad, e da ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e debateu também o PL 73/99, da deputada Nice Lobão, propondo a reserva de 50% das vagas das universidades federais e estaduais a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Foram pensados à proposição o PL 3.627/04, de autoria do Poder Executivo, determinando que cada universidade preencha as vagas reservadas por uma proporção mínima de autodeclarados negros, pardos e indígenas igual à proporção

de negros, pardos e indígenas na população do estado onde está instalada a instituição, de acordo com o censo do IBGE; e o PL 615/03, do deputado Murilo Zauith, que defende a obrigatoriedade de vagas para índios que forem classificados em processo seletivo.

Haddad destacou que o debate sobre o tema ao longo dos últimos anos fortaleceu a proposta do governo e citou dados de uma pesquisa do Datafolha: 65% da população se diz favorável às cotas para negros e, em relação às cotas para alunos de escolas públicas, o número de favoráveis ultrapassa 80%.

Divergência marca debate sobre reserva de vagas

A audiência pública que debateu ontem, no Senado, a reserva de vagas em universidades federais para alunos oriundos do ensino médio público, para afrodescendentes e indígenas, contou com a presença de oito convidados, entre os quais defensores do sistema de cotas – como o diretor da ONG Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EducAfro), frei David Raimundo dos Santos; e o cientista social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Medeiros – e opositores, como a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Yvone Maggie.

Para Yvone, é necessário eliminar o conceito de raça que, em sua opinião, permeia os projetos de cotas.

Marcus Alessandro Santos Silva, coordenador nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), defendeu a implementação das cotas como uma ação

tática a ser adotada imediatamente, até que ocorra uma efetiva reforma da educação.

Para o representante do Movimento Negro Socialista (MNS), José Carlos Miranda, as cotas não resolvem o problema da educação, pois apenas 2% da população chegam à universidade. Ele sugeriu um plano de longo prazo visando a equiparação das escolas privadas de ensino médio

às públicas.

Na reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou sua posição favorável ao sistema de cotas. Ele considerou, contudo, a medida insuficiente para se alcançar níveis adequados de igualdade social no Brasil. Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também estiveram presentes à audiência.



Paim (centro) participa de reunião com defensores e opositores do sistema de cotas

De acordo com Biscaia, presidente da CPI dos Sanguessugas, informações apresentadas por empresário incriminam “um elevado número” de congressistas

Ideli pede que fotos de Serra constem da CPI

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu que fotos do ex-ministro da Saúde José Serra em cerimônia de entrega de ambulâncias a prefeitos de Mato Grosso, tendo ao lado parlamentares agora acusados de receber vantagens na venda de ambulâncias compradas com verbas federais, sejam enviadas à CPI dos Sanguessugas, para investigação. A cerimônia ocorreu em maio de 2001. As fotos foram divulgadas ontem pelo *blog* do jornalista Fernando Rodrigues.

– Devemos fazer todas as investigações. Que apurem tudo e punam todos – recomendou Ideli, que leu da tribuna trecho de um pronunciamento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), feito em 15 de dezembro de 1999, em que ele defende um projeto, aprovado pela CCJ, que proibia a venda de ações da Petrobras, para fins de privatização. No pronunciamento, Alvaro afirma: “O modelo de privatização vigente em nosso país já nos oferece exemplos suficientes de que caminhamos para uma depreciação irreversível do patrimônio público brasileiro”. Na hora do discurso de Ideli Salvatti, Alvaro Dias presidia a sessão plenária, pouco depois de uma discussão entre ele e a senadora. Ao final do pronunciamento de Ideli, ele disse que, embora tenha participado de um governo que promoveu privatizações, continua com as mesmas idéias.



Por cerca de oito horas, Luiz Antônio Vedoin respondeu a perguntas dos integrantes da comissão, na sede da Polícia Federal em Brasília

Vedoin depõe à CPI e confirma o envolvimento de parlamentares

O depoimento de cerca de oito horas prestado ontem pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin deu segurança à CPI dos Sanguessugas para apresentar à sociedade, no dia 10, um relatório sobre o esquema de venda fraudulenta de ambulâncias, declarou o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ).

De acordo com o parlamentar, as afirmações do sócio-proprietário da Planam, as provas materiais apresentadas (depósitos em contas-correntes), e os indícios, como atos oficiais e a presença em reuniões, incriminam “um elevado número de parlamentares”.

– Já temos elementos, por exemplo, que confirmam a participação de três senadores – disse Biscaia, se referindo a Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Para o presidente da CPI, mesmo os parlamentares que participaram de encontros destinados à negociação de emendas posteriormente não apresentadas devem ser considerados culpados, uma vez que se mostraram dispostos à corrupção.

Biscaia, entretanto, preferiu ater-se à convicção de que a CPI já dispõe das informações e provas necessárias para mapear o esquema fraudulento e a participação – ou não – de aproximadamente 90 parlamentares.

– Os juízos de valor a serem registrados no relatório deixo por conta do relator, mas não podemos aceitar que parlamentares façam parte de uma sociedade para negociar emendas – afirmou.

Inocentes

Após a oitiva, o deputado Fernando Ferro (PT-PE) observou que Vedoin também contribuiu para inocentar de quatro e seis parlamentares, antes colocados sob suspeita. Segundo informou, a “lista dos inocentes” deverá se situar em torno de 15 parlamentares.

Fernando Ferro ressaltou ainda que o depoimento “não incrimina pessoalmente” o ex-ministro da Saúde e candidato pelo PT ao governo de Pernambuco, Humberto Costa, mas apenas o integrante do PT do Ceará Airton Cirilo, que teria intermediado a liberação de R\$ 8 milhões que o Ministério da Saúde

devia à Planam, empresa de Luiz Antônio e seu pai, Darci. Cirilo teria recebido comissão por meio de depósito em conta corrente de seu sobrinho Raimundo Lacerda e de José Caubi Diniz.

Os membros da CPI também deixaram o depoimento dizendo-se sem elementos que incriminassem governadores de estado, como Wellington Dias, do Piauí, e Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, embora Vedoin tenha se reunido com os dois para tratar de emendas ao Orçamento, relativas à compra de ambulâncias.

Uma das novidades trazidas pelo depoimento de Vedoin foi o esclarecimento sobre a participação de outras empresas no esquema. Uma delas, a KM Empreendimentos, de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, se especializou na montagem e venda de ônibus para o programa de inclusão digital e impedia a entrada da Planam naquela região.

Na próxima semana, a CPI deve examinar cerca de 50 requerimentos. Entre os pedidos está a convocação de ex-ministros.

Jungmann: depoimento comprometedor

O vice-presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), afirmou que o depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin à CPI agravou a situação dos senadores acusados de envolvimento na máfia das ambulâncias. Luiz Antônio, um dos donos da Planam, é apontado como um dos principais responsáveis pela montagem do esquema de venda de ambulâncias a preços superfaturados para prefeituras. O pagamento dos veículos era feito com recursos do Orçamento da União, liberados por meio de emendas de parlamentares envolvidos na fraude. O empresário, que estava preso em Cuiabá, foi solto após prestar um longo depoimento à Polícia Federal naquele estado e se comprometer a colaborar com as investigações, em troca do benefício da delação premiada. Em Brasília, Luiz Antônio foi convocado pela CPI para esclarecer pontos do depoimento anterior. A oitiva ocorreu na Superintendência da Polícia Federal em caráter reservado. Jungmann disse que o depoimento de Vedoin deverá levar a novas notificações de parlamentares pela CPI e, ao mesmo tempo, reduzir o número daqueles contra quem não havia provas materiais de participação no esquema de corrupção.



Para Jungmann, revelações devem levar à notificação de mais parlamentares

CPI contará com auditores do TCU para investigação de ministérios

A sub-relatoria da CPI dos Sanguessugas que vai investigar a participação do Executivo no escândalo das fraudes das ambulâncias contará com a ajuda de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), como ocorreu com

a CPI dos Correios. A informação foi dada pelo sub-relator deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) depois de se encontrar com ministros do TCU.

– Quero uma força-tarefa capaz de examinar nos mínimos detalhes

todo o processo percorrido por uma emenda do Orçamento. Quero saber quem manda pagar até quem dá o atestado final de que recebeu o produto – disse.

Júlio Redecker pediu ao presidente da CPI cópia de todos os

documentos e depoimentos que se referem aos ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia e Educação, nos quais teria havido irregularidades em compras de ambulâncias, ônibus escolares e ônibus de inclusão digital.

Para o corregedor do Senado, há diversas contradições nos depoimentos prestados pelos dois integrantes do esquema de venda fraudulenta de ambulâncias

Suassuna insiste em ser ouvido por CPI, o que pode ocorrer nesta terça

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) insistiu ontem para ser ouvido pelos integrantes da CPI dos Sanguessugas, por ter sido citado em depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio da Planam, empresa acusada de intermediar fraudes na compra de ambulâncias por prefeituras, com verbas do Orçamento federal.

Suassuna chegou a entrar em uma reunião fechada da comissão, na tarde de ontem, destinada a ouvir 29 assessores de 30 parlamentares citados por Vedoin, entre eles um ex-assessor do próprio senador. Mas achou que haveria constrangimentos e, por isso, deixou a sala.

O relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), prometeu que vai submeter aos integrantes do colegiado uma proposta para que Ney Suassuna possa se explicar na terça-feira.

– Estou indignado com tudo isso. Tenho o direito de me



Genardo Magela

Suassuna: “Tenho direito de conhecer os documentos que a CPI recebeu”

defender. Tenho o direito de conhecer os documentos que a CPI recebeu. É inacreditável! Não me deixam ver nada, mas tudo tem saído nos *blogs* de internet mantidos por jornalistas – desabafou.

Suassuna se recusou a comentar o depoimento prestado ontem pelo empresário Vedoin à comissão parlamentar de inquérito, na sede da Polícia Federal, em Brasília.

– Não vou comentar o que não vi e nem li – disse.

Ex-assessor nega ao corregedor ter recebido propina do esquema

O ex-assessor de Ney Suassuna, Marcelo Cardoso Carvalho, foi ouvido ontem pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), para quem o depoimento foi “pouco consistente”. Segundo Tuma, Marcelo negou ter recebido comissões referentes ao esquema de fraudes para compra superfaturada de ambulâncias com a utilização de recursos provenientes de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Marcelo também disse não saber quem teria recebido tais comissões, apesar de ter confirmado seus depoimentos anteriores à Polícia Federal e à Justiça.

– Não é muito consistente o depoimento dele porque ele nega envolvimento, apesar de o senador [Suassuna], em Plenário, tê-lo responsabilizado por vários fatos que ocorreram com as emendas. Vamos ter de ouvir outras pessoas para formar um mosaico e depois pedir explicações ao senador. Devemos ter cautela, apurar as responsabilidades, ter a coragem de dizer quem é inocente e quem é culpado e pedir a punição – disse o corregedor.

No depoimento de ontem, disse Tuma, Marcelo afirmou que, às vezes, colaborava na parte técnica e de elaboração de emendas, e assegurou que sempre informava a Suassuna sobre o que fazia. O corregedor frisou ainda que o ex-assessor afirmou não ter recebido nenhum valor de Darci Vedoin ou de seu filho, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, donos da Planam. Ele afirmou apenas que recebeu um depósito como pagamento da venda de um barco da qual Darci foi intermediário, relatou Tuma.

O senador informou que vai pedir acareação de Marcelo com Luiz Antônio e Darci Vedoin na Corregedoria do Senado, e que pode ainda apresentar requerimento nesse sentido à CPI.

Romeu Tuma comunicou que a Corregedoria vai ouvir o genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), Paulo Roberto, que teria recebido depósitos da empresa em sua conta bancária. O corregedor quer ouvir ainda o deputado licenciado Lino Rossi (PP-MT), acusado de emprestar ao senador Magno Malta (PL-ES) um carro pertencente à máfia das ambulâncias.

Tuma defende acareação entre Vedoin e Maria da Penha Lino

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), após ouvir ontem o depoimento de Luiz Antônio Trevisan Vedoin, na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, defendeu uma acareação entre o empresário e a ex-funcionária do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino.

Vedoin, sócio-proprietário da Planam, é apontado como um dos principais responsáveis pela montagem do esquema de venda de ambulâncias a preços superfaturados para prefeituras. O pagamento dos veículos era feito com recursos do Orçamento da União, liberados por meio de emendas de parlamentares envolvidos na fraude. Maria da Penha, que foi funcionária da Planam, é apontada como intermediária da máfia das ambulâncias.

Para Tuma, a acareação é necessária porque há divergências entre o depoimento dos dois membros da quadrilha. Luiz Antônio Vedoin teria afirmado em seu depoimento, segundo

informou o senador, que algumas declarações de Maria da Penha não tinham fundamento.

– Ele [Vedoin] disse que a Planam não teve nada a ver com a infiltração de Maria da Penha no Ministério da Saúde – ressaltou Tuma.

Senadores

Em entrevista concedida após o depoimento, Tuma declarou ainda que o empresário confirmou a participação de assessores do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) no esquema. Vedoin teria afirmado que Suassuna havia enviado ofícios a ministérios a respeito de emendas de sua autoria liberando recursos para a compra de ambulâncias.

Quanto à denúncia de que um genro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) teria recebido propina por uma emenda que a parlamentar teria feito para a compra de ambulâncias, Tuma disse que Vedoin confirmou o pagamento de R\$ 35 mil e ainda sugeriu a quebra de sigilo ban-

cário do genro da senadora, para se comprovar o recebimento do dinheiro.

– É preciso investigar as ligações desse dinheiro com a senadora e saber quem recebeu, em nome de quem e por quê – afirmou Tuma.

O corregedor do Senado informou ainda que está requerendo à CPI a degravação completa dos depoimentos referentes à investigação que a Corregedoria está iniciando a respeito do envolvimento dos senadores no esquema, porque as primeiras oitivas enviadas pela comissão estão fragmentadas.

Também membro da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas, Tuma explicou que ainda não abriu processo formal de investigação contra os senadores porque optou por ouvir primeiro os assessores e as testemunhas dos três acusados. Além de Serys e Suassuna, o senador Magno Malta (PL-ES) também foi notificado.



Segundo Romeu Tuma, a Corregedoria do Senado vai investigar o envolvimento dos três senadores citados pelo empresário

Assessora confirma depósito “de alguém do esquema”

De acordo com o deputado federal José Carlos Aleluia (PFL-BA), a assessora de um dos parlamentares acusados de participar da máfia das ambulâncias admitiu ontem ter recebido dinheiro “de alguém do esquema”, que repassou ao deputado com quem trabalha. Esse parlamentar teria explicado a ela que os recursos seriam relativos ao pagamento de uma venda de quadros.

– O depoimento dessa senhora foi muito digno – ressaltou Aleluia, que atua como sub-relator de Investigação de Parlamentares na CPI dos Sanguessugas.

A comissão ouviu ontem sete assessores de parlamentares suspeitos de envolvimento com o esquema de compra fraudulenta de ambulâncias.

Aleluia também declarou, após os depoimentos, que a relação entre os chamados “ônibus digitais” e o esquema de corrupção foi

comprovada. Ele contou que, de acordo com assessores ouvidos, um dos deputados investigados teria repassado, por meio do esquema, cerca de R\$ 700 mil para uma instituição do estado do Rio de Janeiro, “que supostamente teria comprado dois ônibus para equipá-los com computadores”.

O sub-relator disse acreditar que, até terça-feira, a CPI terá ouvido todos os assessores que foram chamados para depor.

Relatório de missão europeia que esteve no país em 2005 preocupa senador, que teme cancelamento de exportações e observa que o mel já sofreu restrições

Motta cobra a correção de falhas no controle sanitário animal

João Batista Motta (PSDB-ES) mostrou-se preocupado com relatório de missão europeia que esteve no país, entre novembro e dezembro de 2005, avaliando as condições do controle sanitário animal. Pelo levantamento, o Plano Nacional de Controle dos Resíduos na área de defesa animal foi considerado incompleto e fora dos padrões exigidos pela Comunidade Europeia.

– O mercado europeu sinaliza com a possibilidade de cancelar exportações por falha grave nesse plano. Temos notícia de que o mel brasileiro já sofreu restrições e que a carne e o frango também estão ameaçados – informou.

Além de fazer um apelo ao governo pela correção das falhas apontadas, Motta defendeu a vinda do ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, ao Senado para explicar as pro-

vidências que estão sendo tomadas para sanar o problema e evitar possíveis prejuízos às exportações. Para ilustrar a importância do agronegócio nas exportações brasileiras, o parlamentar lembrou que, em 2005, foram exportadas 85 mil toneladas de pescado, o que teria gerado R\$ 385 milhões em divisas para o país.

Lucros dos bancos

João Batista Motta também criticou a gestão de Henrique Meirelles à frente do Banco Central. Segundo denunciou, os bancos têm usufruído grandes lucros no atual governo, situados em R\$ 26 bilhões no ano passado.



Motta também critica gestão do Banco Central e considera inaceitável lucro de R\$ 26 bilhões dos bancos em 2005

Na sua opinião, trata-se de uma quantia inaceitável para bancos que deveriam estar cuidando do desenvolvimento do país.

Paim e Motta defendem o fim da reeleição

Ao final da sessão deliberativa de ontem, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e João Batista Motta (PSDB-ES) elogiaram a proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Sibá Machado (PT-AC), que acaba com a possibilidade de reeleição para presidente da República, governadores, prefeitos e quem os tiver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores à eleição.

Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu por unanimidade o substitutivo do senador Tasso

Jereissati (PSDB-CE) à proposta. Se aprovada pelo Senado e pela Câmara, a PEC 41/03 começa a valer em 2010.

Ao elogiarem a iniciativa de Sibá, tanto Paim quanto Motta afirmaram que sempre foram contrários ao instituto da reeleição. Para Paim, o fim da reeleição é muito importante para evitar que qualquer governante use indevidamente a máquina em sua campanha. Também em Plenário, Sibá conclamou os senadores a aprovarem a matéria antes das eleições de outubro.



Paulo Paim quer evitar uso da máquina pública em campanha eleitoral

Tuma elogia bloqueio de bens do PCC para indenização

A decisão do Ministério Público de São Paulo de pedir a apreensão de bens dos criminosos do PCC para ressarcir familiares das vítimas das ações da organização foi elogiada por Romeu Tuma (PFL-SP). O senador observou que o procurador-geral de Justiça de São Paulo e os três promotores que apuram as mortes ocorridas durante as ações do PCC já solicitaram o bloqueio judicial de R\$ 160 mil de um dos acusados.

Tuma informou ter apresentado requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para apurar se a ajuda federal prometida ao governo de São Paulo depois dos atentados do PCC já chegou, de fato, ao seu destino. Essa dúvida surgiu após recente declaração do secretário de Segurança Pública do estado sobre a demora do governo federal em cumprir os compromissos.

O senador também comentou o conflito envolvendo Israel e Líbano e cumprimentou Pedro Simon (PMDB-RS) por convidar o ministro das Relações Exteriores a vir ao Senado para falar sobre os episódios de violência.

Em aparte, Simon disse ter ficado satisfeito com as explicações de Celso Amorim, que esteve no Senado na quarta-feira, mas acredita que o governo brasileiro precisa avançar em relação ao conflito.

Sibá destaca crescimento de 36% na rede de agências do Basa

Ao elogiar a atuação do Banco da Amazônia (Basa) durante a gestão do presidente Lula, Sibá Machado (PT-AC) informou que hoje a instituição conta com 129 pontos de atendimento, é responsável por 78,7% do crédito de fomento, detém 11% da rede de agências e atende a 94% dos municípios da região Norte. Ele observou que de 2003 até o momento a rede de agências cresceu 36%.

Segundo o senador pelo Acre, entre 2003 e 2005 o patrimônio líquido do Banco da Amazônia cresceu 34%. Sibá Machado ressaltou que o projeto estratégico do banco está pautado na excelência em tecnologia, processos e recursos humanos. Conceitos como ousadia, excelência, inovação, novidade, eficiência, efetividade, norte e participação são difundidos entre o corpo funcional, afirmou.

– Houve um redirecionamento no foco de atuação do Banco da Amazônia, que antes seguia um



Sibá observa que o Banco da Amazônia conta com 129 pontos de atendimento

modelo tradicional em que os negócios se adequavam às linhas de financiamento e aos programas. Hoje o foco é na sustentabilidade: as linhas e os programas são adequados aos negócios – assinalou Sibá Machado, que elogiou o presidente da instituição, Márcio Lima Cordeiro.

Projeto de Arthur Virgílio busca dificultar a troca de partido

Aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que amplia de 12 para 30 meses o prazo de filiação partidária exigido para um candidato disputar eleições majoritárias ou proporcionais. O projeto (PLS 222/06) pretende dificultar a troca de legenda repetidas vezes em um mesmo mandato. A mudança não deverá valer, entretanto, para as eleições de 2006.

Arthur Virgílio quer alterar as Leis 9.504/97 e 9.096/95, que disciplinam as eleições e os partidos políticos, para fazer a mudança que considera necessária ao aprimoramento da democracia no Brasil. O artigo que deseja inserir estabelece que, “para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 30 meses antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais, e ter domicílio eleitoral na circunscrição correspondente em idêntico prazo”.

O senador pelo Amazonas também considera o projeto um esforço para fortalecer o sistema partidário brasileiro. Em sua opinião, “nada mais nocivo para a política nacional que o atual laxismo das leis partidária e eleitoral”. Para ele, a indulgência normativa enfraquece o Congresso e ameaça o equilíbrio dos Poderes e da pró-

pria democracia. Arthur Virgílio acredita ser fundamental acabar com as “legendas de aluguel” e refletir sobre o sistema eleitoral, patrocinando medidas que façam o processo avançar.

“A atual situação de permissividade deriva do fim da ditadura militar, quando passou a haver mais liberdade para se formar partidos. Criaram-se dezenas de legendas e houve intensa movimentação de filiação e desfiliação, visando ajustar o sistema político à nova realidade do país. Hoje, porém, já se sabe qual o panorama político-partidário, quais as legendas representativas de parte expressiva ou de organizadas minorias da sociedade, e quais representam apenas a si próprias, sem nenhum vínculo com a população”, avaliou na justificativa do projeto.



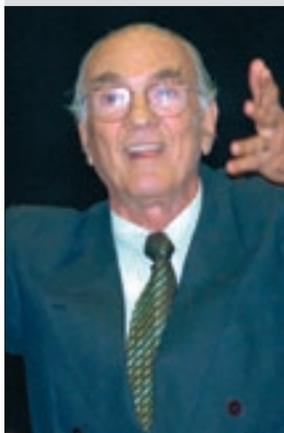
Virgílio: “Nada mais nocivo que o atual laxismo das leis partidária e eleitoral”

Senador lamenta “onda de ataques verbais insuportável” pela qual estariam passando os debates na Casa e propõe pacto para manter diálogos em nível elevado

Saturnino afirma que governo é ético

Em pronunciamento feito ontem, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que não aceita as críticas da oposição à ética do governo Lula, lembrando que o Executivo não interferiu em apurações de denúncias contra seus integrantes e membros do PT, “conforme comprovam quatro CPIs”.

Saturnino referiu-se ao fato de o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em meio a um debate entre oposição e líderes governistas, no Plenário, ter cobrado ética do governo Lula. Na sua opinião, a ética esteve em jogo durante as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso. Saturnino condenou o fato de o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), “um órgão público”, ter financiado “para o mercado e para a iniciativa privada, a compra de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce”. – Esse é o meu ponto de vista sobre ética. Não conheço senadores que não o tenham. Portanto, quero dizer que este governo não deprecia a ética como quiseram dizer aqui, no debate – ressaltou Saturnino.



Saturnino: Executivo não interferiu na apuração de CPIs

Viana: discursos sofrem “embrutecimento verbal”



Intolerância e adjetivações tomaram conta do ambiente político, avalia Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) lamentou, ontem, o que ele classificou de “onda de ataques verbais insuportável” pela qual estaria passando o Plenário do Senado nos últimos meses. Na avaliação do senador, os discursos em Plenário estão sofrendo um “embrutecimento verbal”.

– Infelizmente, a intolerância e as adjetivações tomaram conta dos debates e do ambiente político na Casa – lamentou.

Tião Viana conclamou todos os partidos políticos a firmarem um pacto com o objetivo de retomarem “diálogos e debates elevados,

com responsabilidade política”. O senador frisou que os parlamentares devem pensar nos desafios brasileiros, como o crescimento econômico, e classificou como “uma tragédia” o fato de o processo legislativo e as “grandes causas da nação” estarem sendo deixados em segundo plano pelos senadores.

O parlamentar também condenou os ataques que vêm sendo dirigidos ao presidente Lula pelos senadores da oposição. Ele afirmou que a trajetória pessoal e política do presidente não o faz “merecedor desse tipo de adjetivação”. O senador lamentou que tal “acirramento de

ânimos” entre governo e oposição no Congresso esteja acontecendo às vésperas das eleições.

– A desonra da figura do presidente da República é um ato impensado, que foge, efetivamente, às responsabilidades políticas que o momento requer de todos – alertou.

Tião Viana aproveitou para elogiar as atividades da Polícia Federal (PF) que, afirmou, vem agindo com imparcialidade e independência no combate à corrupção e às fraudes em todo o país. Ele disse acreditar que “nenhum governo combateu tanto a corrupção como este”.

Para Ideli Salvatti, não houve censura à oposição no Senado

Ideli Salvatti (PT-SC) lamentou que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) tenha acusado a Rádio Senado de ter censurado discursos de senadores, dizendo que “alguém que foi governador biônico e ministro da ditadura militar não tem moral para falar em censura”. A senadora ressaltou que não houve censura por parte da equipe da rádio, que classificou como profissional, séria e responsável.

O pronunciamento da líder do PT gerou um debate de mais de uma hora no Plenário. Bornhausen reafirmou sua opinião de que teve seu discurso censurado, junto com pronunciamentos dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele também repetiu as críticas ao presidente Lula, que teriam motivado a suposta censura.

– Critiquei a ousadia pretendida pelo presidente Lula de defender dignidade, honra e ética. E o fiz consciente de que não era ousadia, era abuso, já que ele não tem autoridade moral, porque permitiu o valerioduto, o mensalão, os vampiros e os sanguessugas – rebateu. Bornhausen disse ainda que não responderia às afirmações feitas por Ideli por considerar que a senadora “não merece resposta”.

Presidindo a sessão, Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o presidente Renan Calheiros, na sessão de quarta-feira, logo após ouvir a denúncia de que teria havido censura por parte da Rádio Senado, determinou a apuração do fato.

Ideli rechaçou críticas feitas à moral do presidente Lula, salientando que, enquanto os partidos que hoje estão na oposição falam



Ideli lamenta acusação de Bornhausen sobre censura da Rádio Senado a discursos

em escândalos, a imprensa noticia que a Companhia Vale do Rio Doce, que foi privatizada por R\$ 3,1 bilhões no governo FHC, teve um lucro de R\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre deste ano.

Em resposta, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que, “felizmente, o governo anterior teve a coragem de diminuir o tamanho do Estado e acabar com o vertedouro de corrupção”, pois, na sua avaliação, se a Vale do Rio Doce continuasse estatal, “seria um prato cheio para o atual governo”.

O senador Sibá Machado (PT-AC) posicionou-se contra a censura, tanto na ditadura quanto na democracia, e considerou inaceitável o debate político ser tomado por agressões pessoais.

Reafirmando que foi vítima de censura, Jereissati comunicou que o próprio diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, jornalista Armando Rollemberg, o procurou para pedir desculpas pela ausência do seu discurso no programa *Voz do Brasil*, garantindo que tal fato não se repetirá.

Senadores debatem privatizações e modelo do Estado brasileiro

O tema privatizações suscitou debate, ontem, entre os senadores em Plenário. Em resposta à crítica feita pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que, conforme destacou, lucrou, em três meses, valor superior ao obtido na sua venda, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) opinou que os valores de dez anos atrás não podem ser comparados com os de hoje.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que a Vale foi privatizada em virtude de o governo ter perdido a capacidade de investir na empresa e que os lucros atuais devem-se em grande parte a aplicações financeiras feitas pela empresa, e não à produção, que geraria emprego. Por sua vez, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) registrou que nunca ficou esclarecida a operação na qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou grupos privados para adquirirem a Vale.

– Esses que atentaram contra o patrimônio público e contra o projeto desenvolvimentista acabaram com o país. Eles agora querem retornar, mas não vão conseguir. A consciência nacional falará mais forte. A população vai dar a resposta a esses que pensam que entregar o país ao mercado é fazer a felicidade do povo – disse Saturnino.

Logo em seguida, o senador Heráclito Fortes (PFL-PE) afirmou que Saturnino deveria manter a coerência e votar contra a mensagem presidencial (MSF 204/06) que pede ampliação da capacidade de endividamento da Transpetro para que a subsidiária da Petrobras pos-



Jereissati critica comparação de valores da venda da Vale do Rio Doce com lucro atual

sa pedir empréstimo ao Fundo de Marinha Mercante para financiar programa de modernização e expansão de sua frota de navios.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e o relator da mensagem, senador Romeu Tuma (PFL-SP), registraram que, em nenhum momento, pairou qualquer dúvida sobre irregularidade na proposição. Heráclito explicou que não levantou suspeita, mas citou a mensagem como exemplo pelo fato de Saturnino defender a estatização, e a medida, em última instância, financiaria empresas privadas da indústria naval com dinheiro público.

Para Tasso Jereissati, o ideário da década de 1930 não pode mais ser aplicado hoje, no mundo globalizado. Ele também criticou Saturnino por ele ter, na sua avaliação, declarado que a população não deveria falar em ética, mas sim no desenvolvimento do Brasil.

Por sua vez, o senador Tião Viana (PT-AC) lamentou que a intolerância tenha tomado conta do debate no Senado.

Senadores da oposição rechaçam em Plenário iniciativa do presidente da República. Líder do PT diz que se trata de idéia surgida em conversa com juristas

Bornhausen repele a proposta para convocação de constituinte

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) repudiou ontem proposta do presidente Lula para convocação de uma assembleia nacional constituinte destinada a promover uma reforma política. Segundo Bornhausen, trata-se de manobra para desviar a atenção da sociedade do mais recente escândalo de corrupção no país – o da máfia das ambulâncias.

– Como presidente do PFL, uso a palavra para dizer com clareza: constituinte, não! Primeiro, a punição aos sanguessugas – frisou o parlamentar, insistindo que o presidente não poderá “mudar de assunto como fez em 2005, quando estourou o caso do mensalão”.

Bornhausen associou o mensalão ao desvio de verbas para a compra superfaturada de ambulâncias. Ambos os casos, na sua opinião, teriam tido origem na liberação, pela Casa Civil, então



Iniciativa é uma manobra para desviar a atenção dos casos de corrupção, diz Bornhausen

sob o comando do ministro José Dirceu, somente das emendas de parlamentares que aceitassem votar favoravelmente ao governo.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC) disse que Lula tomou a decisão por acreditar que a atual Câmara dos Deputados, e possivelmente a futura, não teria forças para aprovar a reforma política. Tião Viana (PT-AC) afirmou que

a oposição não tem legitimidade para questionar a postura ética do presidente. Por sua vez, Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, Marco Maciel (PFL-PE) e Jefferson Péres (PDT-AM) classificaram a proposta como uma “manobra diversionista”. Jereissati acrescentou que há na iniciativa intenção subliminar de lançar “enorme carga negativa e desmoralizadora sobre o Congresso”. Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção para o fato de, na constituinte, as decisões serem tomadas por 50% mais um dos votos.

Bornhausen encerrou o discurso ressaltando que, enquanto o PFL já adotou as providências para, caso haja comprovação de envolvimento de parlamentares do partido na máfia das ambulâncias, cancelar registro de candidaturas, Lula se mostra conivente ao “subir em palanque” em Pernambuco ao lado de supostos envolvidos no caso.

Heráclito: Lula passou quatro anos ignorando Congresso

Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou ontem, em discurso no Plenário, a defesa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez da proposta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva, formada por representantes da sociedade civil, para votar uma reforma política.

– Lula não tem autoridade para propor ao Congresso Nacional um pacto desse tipo. Ele passou quatro anos do seu governo ignorando esta Casa e agora quer fazer reforma política. Isso é para um governo novo, que tenha credibilidade perante a população – afirmou o senador.



Heráclito questiona autoridade do atual presidente para defender constituinte

Heráclito lembrou que o PT pregou ideologicamente um país correto ao longo de uma década, e lamentou o fato de o presidente da República, ao primeiro aceno da corrupção, ter sucumbido

juntamente com seus principais líderes. O parlamentar citou como exemplo de escândalo de corrupção no governo Lula, o mensalão – pagamento a deputados que votassem com as propostas do governo –, ressaltando que nunca houve uma migração partidária tão forte no Congresso como a que se presenciou no atual governo.

– E o combate ao capital especulativo? Na primeira oportunidade, Lula colocou um banqueiro vinculado ao mercado financeiro internacional no Banco Central. Agora quer convocar constituinte exclusiva. Discute-se uma coisa abstrata para desviar a atenção dos eleitores – acrescentou.

Ideli afirma que sugestão está sendo mal divulgada

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que a proposta de realizar uma assembleia constituinte exclusiva para fazer a reforma política está sendo mal divulgada e que, no momento, trata-se apenas de “um debate que está se abrindo”.

Ideli explicou que o encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com juristas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não tinha como objetivo tratar da constituinte. Segundo ela, a idéia surgiu em meio à conversa, levada pelos juristas como uma proposição para debater, discutir e, se for o caso, convocar uma assembleia nacional constituinte.

– E o presidente Lula afirmou que, se for desejo da maioria da sociedade brasileira, ele a convocará. É importante deixar claro em quais circunstâncias e em que contexto

se deu a proposta – frisou.

Ideli lembrou que o debate em torno de uma constituinte exclusiva para a reforma política não é novidade, pois a idéia já havia sido proposta pelo deputado Miro Teixeira, em 1997. Ela citou ainda artigo do jurista Ives Gandra Martins, que apóia a constituinte exclusiva, e explicou que os parlamentares eleitos para tal finalidade seriam obrigados a tratar apenas da reforma política. Seus mandatos terminariam assim que o trabalho fosse concluído.

Heráclito Fortes (PFL-PI) argumentou, em aparte, que não é possível convocar uma assembleia nacional constituinte em ano eleitoral.

– Respeite a inteligência dos brasileiros, senadora. Não se pode mudar regra eleitoral em ano de eleição – disse Heráclito.

Simon pede ao presidente que deixe a discussão para depois das eleições

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao presidente Lula que não volte a defender, até as eleições de outubro, a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusivamente para promover uma reforma política no país. O senador reagiu ainda à afirmação do presidente, publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o Congresso não teria condições de executar esse trabalho, pois, em vez de satisfazer aos anseios da sociedade, atenderia a seus próprios interesses.

– Se o Congresso não tem credibilidade para fazer a reforma, digo que o presidente Lula também não tem condições de fazer isso – declarou.

Simon protestou contra declaração do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Reginaldo Oscar de Castro, que



Pedro Simon critica posição da OAB contra quebra de sigilos pelas CPIs

teria defendido a proibição de as CPIs quebrarem sigilos dos investigados. Ainda segundo a *Folha*, essa opinião pessoal teria sido expressada durante a entrega a Lula da “Carta pela Valorização das Comissões Parlamentares de Inquérito”. O documento, que foi elaborado por um grupo de dez advogados, propõe limites à atuação das CPIs.

Para Flexa Ribeiro, medida é “inoportuna, temerária e ridícula”

Ao criticar a proposta do presidente da República para convocação de uma constituinte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a iniciativa, além de “inoportuna”, é também “temerária” e “ridícula”.

Flexa Ribeiro sugeriu que a proposta configuraria suposta

tendência ditatorial, “a la Hugo Chávez”, do presidente Lula. O senador avaliou que uma constituinte só se justifica em países que sofreram ruptura institucional, o que não seria o caso do Brasil. Ele disse que a nação está em “total harmonia democrática” e que as instituições se acham

em perfeito funcionamento.

– A idéia lançada por Lula é autoritária e mostra a vontade do presidente de nela pegar carona e implantar o chavismo no Brasil. É importante que a nação brasileira fique atenta a isso.

Flexa Ribeiro aproveitou para ler trechos do boletim CHHR,

veiculado na internet pelos jornalistas Carlos Chagas, Haroldo Holanda, Tarcísio Holanda e Sérgio Ross, no qual criticam a proposta do presidente no artigo “A Constituinte do Crioulo Doido”. Na interpretação do senador, a proposta não retrata a vontade da população brasileira.



Flexa Ribeiro vê na sugestão tentativa de implantar “chavismo” no Brasil